O Índice de sustentabilidade das OSC de Gabão

L’Indice de pérennisation des OSC du Gabon

GABÃO Índice de Perpetuação das Organizações da Sociedade Civil do Gabão em 2017 1 Capital: Libreville População: 1.772.255 PIB per capita (PPA): 19.200 $ Índice de Desenvolvimento Humano: Alto (0,702) Liberdade no Mundo: Não Livre (32/100) Pontuações de perpetuação das OSC 2017 para o Gabão: 5,5 O Gabão começou o ano de 2017 em meio a tensões. De fato, o país ainda apresentava os estigmas da crise pós-eleitoral. Após as eleições presidenciais de agosto de 2016, vencidas por uma margem estreita pelo presidente saindo, Ali Bongo, o Gabão mergulhou na violência devido a alegações generalizadas de fraude eleitoral. Para tentar resolver a crise provocada pela reeleição de Bongo, o governo organizou o Diálogo Nacional de Angondjé entre março e maio de 2017. Uma parte da oposição, acompanhada por quase 880 OSC, participou do diálogo (exceto por vários candidatos da oposição que o boicotaram, incluindo o candidato presidencial, Jean Ping). O diálogo incluía quatro partes: cerimônias de abertura e encerramento, uma fase dedicada à sociedade civil e outra aos partidos políticos. Os partidos políticos se concentraram em sessões de discussão sobre financiamento de campanhas e mandatos presidenciais, enquanto as sessões oferecidas à sociedade civil tratavam das interações entre a sociedade civil e o Estado. Quando o diálogo terminou, os participantes concordaram em modificar o modo de eleição do presidente, aumentar o número de deputados na Assembleia Nacional, proceder à reformulação dos distritos eleitorais e limitar a duração do mandato dos juízes do Tribunal Constitucional. No final do ano, aguardava-se a aprovação do Parlamento sobre essas resoluções. A crise eleitoral também resultou em uma desaceleração da atividade econômica. Imediatamente após a eleição, vários comércios foram saqueados e outros fechados até que o clima político se acalmasse. Além disso, ondas de demissões nos setores privado e parapúblico intensificaram a crise social que o país enfrenta há alguns anos. De maneira geral, a perpetuação das OSC não evoluiu de forma significativa em 2017. No entanto, aumento das violações dos direitos fundamentais do homem prejudicou o contexto jurídico. Em contrapartida, a imagem pública do setor melhorou ligeiramente, pois as OSC aumentaram seu uso das mídias sociais como novo instrumento de comunicação. Não houve mudanças significativas em termos de capacidade organizacional, de viabilidade financeira, de advocacy, de prestação de serviços e de infraestrutura setorial.

Índice de Perpetuação das Organizações da Sociedade Civil do Gabão em 2017 2 Não existem estatísticas exatas sobre o número de OSC registradas no Gabão. No entanto, a Rede das Organizações e Projetos Associativos do Gabão (ROPAGA) anuncia ter catalogado quase 1750 OSC no país, às quais se deve adicionar as organizações ou grupos sindicais. Contexto Jurídico: 6,3 O contexto jurídico que rege as OSC, que já era bastante restritivo, deteriorou-se ligeiramente em 2017. A liberdade de associação e a liberdade sindical são consagradas pela constituição gabonesa e regulamentadas pela lei n° 35-62 de 1962, que cria as associações, e pela lei n° 3-94 de 1994 que cria o Código do Trabalho na República do Gabão. Em 2017, as OSC que desejavam se registrar continuavam a enfrentar muitos obstáculos em termos de procedimentos administrativos e de ingerência do Estado. A lei prevê que as OSC devem submeter seu pedido de capacidade jurídica à prefeitura ou à câmara municipal da qual dependem. No entanto, em 2017, o ministério do Interior continuou a controlar a concessão do status jurídico às OSC nos termos da lei n° 35-62. Além disso, os prazos para obtenção do recibo definitivo são longos, e as decisões de registro estão sujeitas à vontade do ministério. Devido à opinião das autoridades sobre sua ação, é mais difícil para algumas OSC, incluindo aquelas que militam pelos direitos humanos e se opõem à ação do governo, receber esse recibo definitivo do

que para as OSC pró-governamentais. Em 2017, quase todas as novas OSC funcionavam com autorização ou recibos provisórios. Em geral, as leis gabonesas estabelecem claramente o objetivo e o papel das OSC. Mas essas leis também contêm disposições que permitem às autoridades limitar as atividades das OSC. Se uma OSC ultrapassar o escopo das atividades autorizadas, o ministério do Interior e o presidente têm o direito de ordenar sua suspensão ou dissolução. Em fevereiro de 2017, o ministério do Interior dissolveu a principal confederação sindical dos professores primários e secundários do Gabão, a Convenção Nacional dos Sindicatos do Setor Educação (CONASYSED), sob a alegação de que estava perturbando a ordem pública, obstruindo a liberdade de trabalhar e recorrendo à violência. Outros sindicatos também chamaram a atenção do ministério e foram ameaçados de dissolução. A lei n° 35-62 é bastante vaga sobre questões de governança interna e permanece silenciosa em relação ao funcionamento das OSC, ao financiamento ou à tributação. Em resposta às reclamações das OSC, o diálogo nacional de 2017 considerou a necessidade de revisar a lei n° 35-62 sobre associações. No entanto, não houve progresso concreto nesse sentido até o final do ano. A lei não protege as OSC do controle exercido pelo governo, do assédio por parte das autoridades ou do risco de ver o poder central ordenar sua dissolução por razões arbitrárias ou políticas. Em 2017, assim como em 2016, as OSC foram alvo de assédio por parte do governo, e foram registradas numerosas violações dos direitos e liberdades dos ativistas. Essas violações são de natureza variada: pressões administrativas após os movimentos de greve de alguns sindicatos (incluindo a dissolução da CONASYSED), e pressões

 judiciárias (interpelações e ameaças de condenação à prisão contra professores sindicalistas sob diversos pretextos: perturbação da ordem pública, desrespeito a magistrados, obstrução à liberdade de trabalhar). Além disso, as forças de segurança cometeram numerosas violações. Pode-se citar operações policiais em um local petrolífero, marcadas por prisões e violência contra os grevistas. Em agosto, o ativista Hervé Mombo Kinga foi preso e acusado de "incitação à violência" e de "insulto ao Chefe de Estado". Preso, ele passou seis semanas em uma cela de isolamento. As OSC podem entrar com ações judiciais para proteger seus direitos ou os do público, mas muitos acreditam que não há distância suficiente entre o executivo e o judiciário. A liberdade de imprensa também foi ameaçada ao longo do ano: suspensão de dois meses imposta ao jornal L'Écho du Nord. A liberdade de expressão também está inscrita na Constituição, tanto para pessoas físicas quanto para pessoas jurídicas como as associações. As associações podem debater livremente questões de interesse público e participar de manifestações públicas, mas se uma OSC adota uma opinião ou posição contrária à quela do governo, ela se expõe a represálias. As OSC estão sujeitas ao imposto sobre valor agregado (IVA) e retêm na fonte o imposto de renda de seus funcionários, mas elas se beneficiam de outras isenções fiscais, especialmente no que diz respeito às contribuições e doações que recebem. As OSC gabonesas podem arrecadar fundos sem restrições, incluindo contribuições de doadores estrangeiros. As OSC também podem cobrar pelos bens e serviços que fornecem, mas essas receitas devem ser destinadas às despesas operacionais da OSC; as OSC não podem distribuir dividendos a seus membros. Ainda não há advogados especializados em temas próprios das OSC, que devem, portanto, recorrer a advogados com outras especialidades, como direito do trabalho e direitos humanos. Apenas as duas maiores cidades (Libreville e Port-Gentil) possuem escritórios jurídicos. É a esses que todas as OSC do restante do país devem se dirigir. Capacidade Organizacional: 5,4 A capacidade organizacional das OSC não evoluiu realmente em 2017, apesar da plêiade de formações em desenvolvimento organizacional oferecidas em Libreville. Os sindicatos conseguem melhor estabelecer laços e contatos com suas bases, porque sua atividade diz respeito a grupos claramente definidos. Isso é menos verdade para outras formas de OSC. Algumas OSC não

trabalham diretamente com os grupos cujos direitos e interesses deveriam promover. Por exemplo, muitas OSC indicam que sua atividade diz respeito a populações rurais e passam, no entanto, a maior parte do seu tempo em Libreville. Elas, portanto, não têm nenhum vínculo real com as populações que afirmam estar visando. Nos termos da legislação gabonesa, as OSC devem definir sua missão claramente em seus textos constitutivos (estatutos e regulamentos internos). No entanto, apenas algumas OSC limitam sua ação aos objetivos que se propuseram

estabelecidos no momento de sua criação. As estratégias e atividades das outras OSC são orientadas pela oferta de fundos disponíveis. Muito poucas delas possuem indicadores para monitorar seu trabalho ou medir seus sucessos. Em contrapartida, os sindicatos praticam sistematicamente o acompanhamento e a avaliação, o que lhes permite avaliar a eficácia das ações realizadas e determinar as ações futuras. A lei gabonesa prevê que os documentos constitutivos devem definir claramente órgãos de gestão interna, dotados de responsabilidades distribuídas de maneira visível. Embora a estrutura varie de uma organização para outra, cada OSC identifica claramente os órgãos de decisão: assembleia geral ordinária ou extraordinária, conselho de administração. No entanto, observa-se que muitas OSC contam com algumas pessoas, em vez da robustez de sua gestão organizacional, para orientar sua ação. Muito poucas OSC possuem manuais de procedimentos. No entanto, as principais OSC do país se esforçam para publicar relatórios técnicos, estados financeiros e auditorias internas e externas. Muitas OSC continuam a depender principalmente do voluntariado, sem poder recrutar pessoal permanente devido à insuficiência de seus recursos. As OSC que são financiadas por um doador estrangeiro para um projeto específico podem recrutar conforme as necessidades desse projeto. Quando recursos financeiros estão disponíveis, elas podem recorrer a especialistas externos. Muitas OSC dedicam as formações oferecidas por parceiros internacionais ao fortalecimento das capacidades de seus membros e do pessoal técnico. As OSC gabonesas dispõem de material básico (computadores, telefones, equipamentos multimídia) e de conexões de Internet móveis relativamente caras. Nem todas as OSC têm acesso a softwares. Muitas delas aproveitam a implementação de um novo projeto com um parceiro internacional para adquirir ou modernizar seu material. Em 2017, registrou-se um aumento no número de OSC que utilizam Facebook, WhatsApp e Twitter para seu funcionamento em vez de um site clássico. Viabilidade Financeira: 6,3 A viabilidade financeira das OSC do Gabão não mudou em 2017. Assim como nos anos anteriores, as OSC enfrentaram dificuldades para garantir seu financiamento. As OSC gabonesas financiam suas atividades de diferentes maneiras. Seus fundos provêm em grande parte de doadores estrangeiros, notadamente a União Europeia (UE), a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, a Agência Alemã para a Cooperação Internacional (GIZ) e a USAID. Essa dependência em relação aos financiamentos estrangeiros as penaliza quando os doadores alteram suas prioridades. Por exemplo, a UE decidiu em 2017 se dedicar exclusivamente à formação profissional, área geralmente negligenciada pelas OSC gabonesas. Historicamente, a UE financiava uma gama muito mais ampla de atividades, incluindo os setores de saúde, educação e proteção ambiental. A nova tendência, portanto, privou as OSC de uma importante

fonte de financiamento. O volume de financiamentos estrangeiros não evoluiu realmente em 2017, mas as OSC continuaram a sofrer com sua capacidade limitada de beneficiar-se desses montantes. As OSC podem ser financiadas por algumas instâncias públicas gabonesas e pelo setor privado. As OSC denunciam que esses financiamentos são reservados prioritariamente para organizações

associadas ao governo. Mesmo que as OSC possam beneficiar-se de financiamento de diferentes ministérios e administrações, as autoridades locais geralmente preferem contornar as OSC e trabalhar diretamente com a população, dado o clima de desconfiança que caracteriza as relações entre o Estado e algumas OSC. O apoio do setor privado às OSC diz respeito principalmente aos setores de saúde, cuidados infantis, saneamento urbano e meio ambiente. Não existem estatísticas sobre o volume de financiamento proveniente do setor público ou do setor privado. O conceito de filantropia ainda não é muito difundido no Gabão. Enquanto as organizações filantrópicas associadas à família do presidente, como as fundações Amissa Bongo e Omar Bongo, garantem um certo apoio financeiro às OSC, o processo de atribuição desses financiamentos não é transparente e tende a privilegiar as OSC que ajudarão essas fundações a melhorar sua imagem junto às populações locais. Além disso, as fundações preferem distribuir seus fundos diretamente às populações locais. Em 2017, a decisão do governo de suspender a retenção na fonte das contribuições sindicais dos funcionários foi mal recebida pelos sindicatos. Outras OSC, por sua vez, beneficiam-se para seu financiamento do pagamento das contribuições obrigatórias de seus membros. Embora o montante total das contribuições recebidas seja limitado, esses fundos ajudam-nas a continuar seu funcionamento. Em 2017, as OSC aumentaram seu uso das redes sociais para financiar suas atividades. Por exemplo, a Dynamique Unitaire iniciou uma campanha de conscientização e arrecadação de fundos por meio das mídias sociais para apoiar os professores sob suspensão de salário. As OSC podem garantir uma renda pela venda de produtos e serviços: estudos de diagnóstico, pesquisas de campo, formações. Essa opção está disponível principalmente para as organizações que possuem conhecimentos especializados sobre temas muito específicos, que podem oferecer a empresas, instâncias locais e organizações internacionais. No entanto, isso pode dificultar a independência das OSC. Para manter um bom relacionamento com seu doador, uma OSC poderia, por exemplo, redigir um relatório que não reflita a realidade, na medida em que apresenta uma imagem favorável desse doador. Em 2017, um número crescente de OSC criou cooperativas agrícolas e empresas sociais, muitas das quais decidiram se dedicar ao meio ambiente e à formação de jovens. Jovens, por exemplo, criaram empresas sociais com o apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Além disso, as cooperativas e as florestas comunitárias vendem seus produtos e ajudam as populações locais a reivindicar seus direitos aos benefícios obtidos da exploração florestal. A robustez dos sistemas de gestão financeira varia de uma OSC para outra. Poucas delas têm condições de contratar um contador para implementar um sistema de gestão operacional e transparente. Essa carência de gestão às vezes levou os doadores a exigir que a gestão de projetos de grandes orçamentos fosse confiada a OSC localizadas no norte do Gabão, devido à robustez de seus sistemas de gestão financeira. As auditorias são, na maioria das vezes, realizadas por parceiros internacionais ou doadores.

Índice de Sustentabilidade das Organizações da Sociedade Civil de Gabão em 2017 6 Advocacy: 5,0 O advocacy das OSC não mudou de forma significativa em 2017. Existem vias de comunicação tradicionais entre as OSC e os decisores, o que lhes permite colaborar em alguns projetos ou atividades no âmbito de parcerias formais e informais. Além disso, os doadores e parceiros de desenvolvimento preferem uma abordagem participativa nos projetos que financiam, e às vezes impõem a colaboração entre o governo e as OSC. O processo legislativo no Gabão prevê a obrigação de uma consulta pública sobre o conteúdo dos projetos de lei antes de sua promulgação. Na prática, as OSC tiveram que exercer considerável pressão sobre as autoridades para acessar os projetos de lei, e suas recomendações nem sempre são levadas em conta. Em 2017, as OSC puderam aumentar sua participação no processo de reforma, devido, entre outras coisas, à sua presença ativa no Diálogo Nacional Inclusivo de Angondjé (março a

maio de 2017), ao qual 880 associações se inscreveram. Individualmente, ou no âmbito de coalizões, as OSC realizam campanhas de conscientização para influenciar o debate público, a opinião pública e a legislação. Em setembro de 2017, por exemplo, a coalizão Tournons la page organizou no Gabão e em outros países uma campanha de conscientização sobre questões de governança e cidadania. A escassez de seus recursos financeiros, no entanto, limita a abrangência desse tipo de campanhas, e muito poucas OSC organizam campanhas em nível nacional. Além disso, a eficácia dessas campanhas não é evidente, em parte porque as OSC não dispõem dos recursos organizacionais, humanos e financeiros que lhes permitiriam avaliar e comunicar claramente seu impacto. As OSC militam em favor de políticas relacionadas a seus campos de interesse específicos. Em 2017, por exemplo, a Confederação Sindical dos Trabalhadores do Gabão (CSTG) liderou manifestações denunciando os despedimentos econômicos decididos em mais de dez empresas. No final do ano, no entanto, as demandas do sindicato não haviam sido atendidas. As OSC se agrupam em redes, coalizões ou plataformas temáticas. Muitas plataformas de OSC, incluindo ROPAGA, a Rede das Organizações Livres da Sociedade Civil para a Boa Governança no Gabão (ROLBG), Dynamique Unitaire e a Plataforma Gabonesa, continuaram suas atividades em 2017. As OSC estavam um pouco mais à vontade com o conceito de lobby em 2017 e registraram vários sucessos nesse campo ao longo do ano. Pode-se citar, por exemplo, a rejeição do texto que teria fundido a Agência dos Parques Nacionais e a Agência Nacional de Preservação da Natureza, ampliando as prerrogativas da nova agência, e a assinatura do moratório de "zero desmatamento" pela empresa Olam-Gabon. As OSC do Gabão estão cientes de que sua sustentabilidade está fortemente ligada à adoção de um quadro jurídico mais favorável. Desde o final de 2016, a ROPAGA, apoiada pela OSC francesa Agir ensemble pour les droits de l’homme, defende uma revisão da lei n° 35-62. Tem dedicado a maior parte de sua atividade ao fortalecimento das capacidades e

 ao lobby institucional, e mobiliza as OSC para que participem do processo de revisão. As OSC também se beneficiaram do Diálogo Nacional para solicitar a reforma da lei n° 35-62. No entanto, embora a reforma estivesse entre os resultados do diálogo, nenhuma mudança concreta foi feita na lei em 2017. Prestação de Serviços: 5,1 Não houve em 2017 uma evolução significativa no nível da capacidade das OSC de fornecer serviços. As OSC continuam a oferecer serviços sociais básicos dos domínios da educação, saúde e saneamento. Em 2017, por exemplo, o Coletivo dos nativos e aliados de Minvoul (CONAMI) doou material sanitário para seu hospital local e reabasteceu o dispensário com medicamentos. As OSC também oferecem uma gama de serviços como educação, formação, assistência jurídica e caravanas médicas. As atividades dos sindicatos se dirigem a seus associados e aos trabalhadores do setor em que atuam; as outras OSC fornecem bens e serviços ao público sem distinção. As OSC frequentemente adaptam suas atividades às necessidades e prioridades de seus grupos-alvo. Para isso, utilizam as conclusões de pesquisas de campo, relatórios de atividades ou consultas, ou os pedidos de apoio provenientes desses grupos. No entanto, quando essas ferramentas não são utilizadas, a oferta de serviços não é necessariamente relevante. Por exemplo, as OSC do setor ambiental nem sempre aplicam as ferramentas de avaliação das necessidades locais, como o Consentimento Livre, Informado e Prévio (CLIP). Algumas OSC ganharam reputação em seu campo de especialização, e seus serviços são muito demandados. Esse é o caso da ONG Muyissi Ambiente, que é procurada devido à sua reputação em temas dambientais. Essas OSC oferecem diferentes formas de assistência ao público ou às organizações locais, como por exemplo a realização de estudos ou o fortalecimento de competências. Graças a essas competências, elas podem gerar algumas receitas e financiar assim suas despesas correntes. As OSC trabalham cada vez mais com as instâncias do Estado, que valorizam mais seu trabalho a nível comunitário. Elas também podem

servir como parceiras em conferências e projetos organizados com financiamentos estrangeiros. Exemplo notável em 2017: uma parceria global de proteção da flora e da fauna selvagem, no valor de 131 milhões de dólares, entre o governo do Gabão e o Programa global para a vida selvagem (GWP) administrado pelo Banco Mundial. Isso envolveu a participação ativa das OSC para a implementação no terreno de projetos relacionados à gestão integrada das paisagens e à preservação da fauna selvagem.

Infraestrutura Setorial: 5,2 Em 2017, a infraestrutura de apoio às OSC permaneceu inalterada. As organizações de apoio intermediário (OSI) continuam a oferecer apoio multiplataforma às OSC: acesso à informação, ao fortalecimento das capacidades e a assistência financeira. Grandes fundações, principalmente associadas à família Bongo, mantiveram seu papel de OSI em nível nacional. Suas atividades continuam a privilegiar a capital e certos temas, como a democracia, o engajamento cívico e a gestão dos recursos. Não se conhece a origem do financiamento das OSI, e sua distribuição de fundos não é transparente. Plataformas independentes da sociedade civil também garantem o financiamento de outras OSC. A plataforma Gabão minha terra meu direito (GMTMD) se dedica, por exemplo, às questões florestais e fundiárias, enquanto a ROPAGA organizou uma série de oficinas de fortalecimento de capacidades para as OSC ativas na área do meio ambiente. A cooperação dentro do setor das OSC aumentou em 2017. As OSC formando grupos temáticos incluíam o ROLBG dedicado à transparência e à boa governança, e a Plataforma da sociedade civil livre. Existem especialistas locais em formação na gestão das OSC, mas em 2017 os organizadores pareceram preferir confiar os programas de formação a especialistas estrangeiros. A maioria das OSC que se beneficiam das ofertas de fortalecimento de capacidades está baseada em Libreville. Todas as outras devem se deslocar a Libreville para participar em atividades de formação. Essas formações atendem às necessidades das OSC locais, conforme são identificadas pelas próprias OSC. Em 2017, por exemplo, as formações oferecidas diziam respeito principalmente aos domínios do desenvolvimento e da gestão de projetos e da gestão financeira, com auditorias externas dos anos anteriores identificando essas questões como prioritárias. O material de formação está disponível apenas em francês. As OSC formam parcerias formais e informais com instâncias governamentais. Em 2017, por exemplo, o Centro de Estudo e de Prospeção Estratégica Gabão (CEPS-Gabon) formou uma parceria com o ministério para a promoção das pequenas e médias empresas para incentivar o desenvolvimento da empresa social entre os jovens. No setor privado, o Centro de Pesquisa para o Desenvolvimento Internacional na África formou uma parceria exemplar com a multinacional Olam Gabão para divulgar ao público o programa GRAINE (Gabonesa das realizações agrícolas e das iniciativas dos nacionais engajados) para 2015- 2020, o primeiro programa agrícola em grande escala no Gabão.

Imagem Pública: 4,9 Em 2017, as OSC melhoraram ligeiramente sua imagem pública graças ao uso crescente das mídias sociais, principalmente Facebook e WhatsApp. O uso da Internet no país continua a crescer, mais de 47% da população tendo agora acesso à Internet. As OSC podem assim divulgar suas atividades a baixo custo e garantir a promoção dos produtos e serviços que oferecem, o que melhora sua imagem pública. Os meios de comunicação nacionais tradicionais, estejam alinhados com as posições do governo ou com as da oposição, transmitem uma imagem positiva do papel das OSC. No entanto, a importância da cobertura varia, muitas vezes dependendo dos contatos da OSC, da identidade do órgão de comunicação em questão e do assunto examinado. As OSC favoráveis ao governo figuram nas publicações dos meios de

comunicação estatais e de alguns meios privados, desde que possam pagar os custos de publicidade. As OSC militantes geralmente recebem cobertura apenas de meios privados que são considerados alinhados à oposição. Sem realmente entender o conceito de OSC, o grande público tem, no entanto, uma imagem geralmente favorável do papel dos grupos da sociedade civil e de suas iniciativas. O governo e o setor privado também têm uma imagem favorável do papel das OSC como prestadoras de serviços. Eles consideram as OSC como recursos comunitários e fontes de expertise e informações confiáveis. Observou-se muitos exemplos em 2017: participação das OSC no Diálogo Nacional de Angondjé, criação de uma comissão técnica e científica no âmbito do programa GRAINE, debate nacional sobre a Zero desmatamento. No entanto, o governo não é favorável às OSC que militam contra suas próprias políticas ou que se dedicam à proteção dos direitos humanos. Em 2017, muitas OSC ainda não tinham elaborado planos de comunicação para melhorar sua imagem pública ou promover suas atividades. Mesmo que as OSC busquem se comunicar por meio das mídias sociais e estabelecer relações com jornalistas, seus esforços permanecem limitados. Os jornalistas se consideram vítimas de preconceitos por parte das OSC que lhes parecem contornar esse meio de comunicação e privilegiar o contato direto com as instâncias políticas. Apenas as maiores OSC fazem um esforço de transparência e publicam relatórios anuais e auditorias técnicas e financeiras. Poucas OSC adotaram um código de ética. Declaração de isenção de responsabilidade: as opiniões expressas neste documento são aquelas dos participantes e de outros pesquisadores do projeto e não refletem necessariamente os pontos de vista da USAID ou da FHI 360.